



FAIRTRADE
INTERNATIONAL

Política de Escopo Geográfico de Certificação de Produtor para o Comércio Justo Fairtrade

19.01.2015

Objetivo

O objetivo do escopo geográfico da Fairtrade International é determinar em quais países as organizações de produtores podem ser certificadas do Comércio Justo Fairtrade. Os países que atualmente fazem parte do escopo estão listados abaixo.

Abordagem

A Fairtrade International considera a renda per capita, a disparidade de riqueza e outros indicadores econômicos e sociais, bem como o impacto a longo prazo para os produtores e a capacidade da Fairtrade International para apoiar os produtores no momento de determinar quais os países podem ser incluídos no escopo geográfico (ver orientações na página 4 para mais detalhes). Excluídos do escopo geográfico da Fairtrade International estão os países membros da União Europeia e os países do G8.

A Fairtrade International reserva-se ao direito de fazer alterações discricionárias no escopo geográfico de acordo com estratégias específicas de produtos.

Revisão

A revisão do escopo geográfico do Comércio Justo segue os Critérios de Procedimentos Operacionais, que determinam um ciclo de revisões de rotina de cinco anos e proporcionam revisões mais frequentes, caso seja necessário. O Conselho da Fairtrade International toma as decisões finais sobre a política do escopo geográfico.

As unidades da Fairtrade International, organizações de membros ou outras partes interessadas relevantes podem apresentar pedidos de alteração do escopo geográfico escrevendo para standards-pricing@fairtrade.net. A unidade de Critérios & Preços avalia os pedidos, faz qualquer pesquisa adicional relevante e faz propostas sobre eventuais alterações no escopo.

Regiões de Preços do Comércio Justo Fairtrade

Os países no escopo geográfico estão divididos nas divisões regionais de preços do Comércio Justo Fairtrade, conforme listado na [Tabela de Preços Mínimos e Prêmio do Comercio Justo Fairtrade](#).



FAIRTRADE
INTERNATIONAL

África e Oriente Médio				
África do Norte	Oriente Médio	África Ocidental	África Oriental	África Austral
Argélia Egito Líbia Marrocos Sudão Tunísia	Iraque Jordânia Líbano Omã Palestina Síria Lêmen	Benim Burkina Faso Cabo Verde Camarões Chade Congo Costa do Marfim Gabão Gâmbia Gana Guiné Guiné-Bissau Guiné Equatorial Libéria Mali Mauritânia Níger Nigéria República Centro- Africana São Tome e Príncipe Senegal Serra Leoa Togo	Burúndi Congo (RDC) Djibouti Eritreia Etiópia Quênia Ruanda Somália Sudão do Sul Uganda Tanzânia	África do Sul Angola Botswana Comores Lesoto Madagascar Malawi Maurício Moçambique Namíbia Seychelles Suazilândia Zâmbia Zimbábue

Ásia e Pacífico					
Ásia Ocidental	Ásia Central	Ásia Oriental	Ásia Meridional	Ásia Sudoriental	Pacífico
Armênia Azerbaijão Geórgia	Cazaquistão Quirguistão Tadjiquistão Turquemenistão Uzbequistão	China* Coréia (RPDC) Mongólia	Afeganistão Bangladesh Butão Índia Irã Maldivas Nepal Paquistão Sri Lanka	Camboja Indonésia Laos Malásia Myanmar Filipinas Tailândia Timor-Leste Vietnã	Fiji Ilhas Cook Ilhas Marshall Kiribati Micronésia Nauru Niuê Palau Papua-Nova Guiné Samoa Ilhas Salomão Tokelau Tonga Tuvalu Vanuatu Ilhas Wallis e Futuna



FAIRTRADE
INTERNATIONAL

* Na China, os produtores só podem ser certificados através do Critério para Organizações de Pequenos Produtores. Produção de Contrato e Trabalho Contratado não podem ser certificados como Comércio Justo Fairtrade na China.

Empresas na China podem ser certificadas como comerciantes para todos os produtos do Comércio Justo Fairtrade, exceto algodão. Só no âmbito do Programa de Fornecimento de Algodão do Comércio Justo Fairtrade as empresas processando algodão na China podem ser "verificadas do Comércio Justo Fairtrade" e o pagador do Preço e Prêmio do Comércio Justo "certificado do Comércio Justo Fairtrade" para o algodão.

América Latina e Caribe		
América Central e Mexico Belize Costa Rica El Salvador Guatemala Honduras México Nicarágua Panamá	Caribe Antígua e Barbuda Cuba Dominica Granada Haiti Jamaica República Dominicana Santa Lúcia São Cristóvão e Névis São Vicente e Granadinas Trinidade e Tobago	América do Sul Argentina Bolívia Brasil Chile Colômbia Equador Guiana Paraguai Peru Suriname Uruguai Venezuela



Diretrizes para Revisão do Escopo Geográfico

A Fairtrade International considera uma combinação de três fatores, como mostrado abaixo, durante a revisão se um país pode ser **adicionado** ou **removido** do escopo geográfico da Comércio Justo Fairtrade. Quaisquer pedidos submetidos para alteração do escopo geográfico devem fornecer informações sobre os seguintes fatores.

Indicadores sociais e econômicos

A fim de avaliar a situação econômica e social de um país em particular os seguintes indicadores foram selecionados:

- [A lista do OCDE-CAD \(Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento\) de beneficiários da Assistência Oficial para o Desenvolvimento \(AOD\)](#) lista todos os países e territórios elegíveis para receber a AOD. Estes consistem em todos os países de renda baixa e média com base no rendimento nacional bruto per capita, conforme publicado pelo Banco Mundial, com exceção dos membros do G8, membros da União Europeia (UE) e países com uma data de adesão certa para a entrada na UE.
- [O Índice de Gini do Banco Mundial](#) mede a disparidade econômica dentro de mais de 140 países, considerando a distribuição de renda ou despesa de consumo. Um índice de Gini de 0 representa igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica desigualdade perfeita.
- [O Índice de Desenvolvimento Humano](#) combina indicadores de expectativa de vida, educação e renda para agrupar mais de 180 países em quatro níveis de desenvolvimento humano: desenvolvimento humano muito alto, desenvolvimento humano elevado, desenvolvimento humano médio e baixo desenvolvimento humano.

Por favor, note: Reconhece-se que os dados nem sempre são confiáveis ou disponíveis para todos os países, e que outras fontes de informação podem fornecer dados mais relevantes para temas específicos. Portanto, outros índices, fontes de dados e informações relevantes podem também ser levados em conta na avaliação dos aspectos sociais e econômicos dos países para esse fim.

Impacto a longo prazo para os produtores

O impacto a longo prazo sobre os meios de subsistência e sobre as comunidades de produtores do Comércio Justo Fairtrade é uma prioridade estratégica.

Antes de propor a remoção de um país do escopo geográfico do Comércio Justo Fairtrade é, portanto, necessário descobrir se/quantos produtores do Comércio Justo Fairtrade estão presentes, e as implicações que tal mudança poderia ter sobre os produtores existentes no sistema do Comércio Justo Fairtrade.

É igualmente importante ter os objetivos a longo prazo do Comércio Justo Fairtrade levados em consideração, antes de propor a adição de um novo país. Seria necessário considerar, por exemplo, antes de propor a inclusão de quaisquer países europeus, se eles estão propensos a aderir à UE nos próximos 10 anos ou mais (já que países membros da UE estão excluídas do escopo geográfico). Além disso, o acesso ao mercado e a sustentabilidade da cadeia de fornecimento das potenciais organizações de produtores devem ser considerados.



FAIRTRADE
INTERNATIONAL

Apoio aos produtores

O Comércio Justo Fairtrade dá grande importância ao apoio ao produtor. Antes de propor a adição de novos países, é necessário saber se o apoio ao produtor estaria disponível. Da mesma forma que, ao propor a remoção de um país, quando relevante, a disponibilidade de apoio ao produtor deve ser considerada, a fim de melhor realizar quaisquer transições.



FAIRTRADE
INTERNATIONAL